

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Regras que regulam integração e interacção no mercado de
câmbio informal em partes seleccionadas na cidade de
Maputo**

Candidata: Marta Estedy

Supervisor: dr. Emídio Vieira Salomone Gune

Maputo, Janeiro 2015

**Regras que regulam a integração e interacção no mercado de câmbio
informal em locais seleccionados na cidade de Maputo**

Trabalho de Culminação de Estudos na Modalidade de projecto de pesquisa submetido no Departamento de Arqueologia e Antropologia como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane

O Supervisor

Presidente

Oponente

Candidata:

(Marta Estedy)

Declaração de originalidade

Declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado, na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que este constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicados no texto e na Bibliografia as fontes utilizadas para a produção do trabalho.

Candidata: Marta Estedy

Maputo, Janeiro de 2015

Dedicatória

Aos meus filhos, Cláudio, Modesta e Víctor e, à memória dos meus filhos Fernando e Julieta. Dedico especialmente, ao meu esposo Cipriano Monteiro Manuel, as minhas irmãs Josefina Estedy e Cristina Estedy.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador dr. Emídio Gune, pelo tempo dedicado, críticas e sugestões feitas e, pelo esforço que deu para que este trabalho se tornasse uma realidade. A todos os docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, pelos ensinamentos dados durante o curso.

Aos meus pais, Estedy e Lúcia pelo carinho, educação e apoio moral incontornável que me deram como contributo para que a minha vida estudantil fosse mais objectivada.

Especialmente ao meu primo Cosme Madumbwe por ter me oferecido bolsa de estudo.

Aos meus colegas de turma, especialmente a Ana Sofia, Nivalda Cristina, ao Gabriel Malipa, ao Horácio André, ao José Tinta, ao Inácio Manjate, ao Justino Cossa, ao Domingo Macumbane, ao Luís Mugube, ao Laércio Sulila e ao Igor Inroga pelo apoio e pelas vossas provocações, contribuições críticas e sugestões sobre o meu trabalho.

À dra. Célia Matavele que me mostrou que a vida é um processo e a educação é uma das componentes que faz da vida um processo, portanto, agradeço muito a si por ter confiado em mim e me ter ajudado a continuar a estudar.

Aos meus colegas de serviço, dra. Luisa Maoze, dra. Elsa Cavele, dr.Erlique Ramiro, Flávio Tovela, Laura Muriane, Carlos Chiridza, Francisco Nguluve, Arnaldo Wetelane, dra.Glória Amanze e dra.Virgínia Jordão pelo apoio moral que me têm prestado na vida profissional e académica, o meu muito obrigado!

Agradeço aos informantes pela simpatia, paciência e abertura para que pudesse realizar a pesquisa. Espero que o meu obrigado chegue a vós por terem disponibilizado parte do vosso tempo de trabalho para partilhar experiências.

Resumo

O presente estudo analisa os mecanismos de integração e interacção dos indivíduos no sistema cambial informal e as regras que o regulam. Na literatura o assunto é discutido à luz de duas perspectivas. A primeira perspectiva olha para aspectos legais do sector informal e a segunda perspectiva olha para o sector informal como um meio através do qual os indivíduos satisfazem as suas necessidades para sobreviver.

Estas perspectivas permitem compreender o sector informal como ilegal e desprovido de organização, contudo ao centrar-se apenas na vertente legal e de sobrevivência, perdem de vista o que acontece no dia-a-dia dos operadores de câmbio informal.

Com base no material etnográfico recolhido nos locais seleccionados na cidade de Maputo, o presente estudo mostra que no dia-a-dia a actividade do sector de câmbio informal é regido por regras baseadas na confiança, parentesco, vizinhança, proveniência, respeito e sigilo. Estas regras regulam a integração de novos operadores de câmbio informal e a interacção entre os operadores nesse sector.

Diferentemente de outros estudos que olham para o câmbio informal como um espaço sem regras, o presente estudo mostra que o câmbio informal é regido por regras que regulam a integração de novos operadores e a interacção entre os diversos operadores.

Palavras - chave: Regras, integração, interacção e informal.

Índice

Declaração de honra.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	3
3. Enquadramento teórico e conceptual.....	9
4. Procedimento metodológico.....	12
4.1. Método.....	12
4.2. processo de selecção dos participantes do estudo.....	13
4.3. Método e técnica de recolha de dados.....	13
4.4. Constrangimentos durante a pesquisa.....	14
5. Processo de integração e interacção dos operadores de cambio informal.....	15
5.1. Caracterização dos operadores de câmbio informal.....	15
5.2. Regras que regulam a integração no sector de cambio informal.....	16
5.3. Regras que regulam a interacção entre operadores do sector de câmbio informal.	20
6. Considerações finais.....	25
Referências.....	26

1. Introdução

O presente estudo analisa regras que regulam a integração e interacção entre os operadores de câmbio informal em locais seleccionados na cidade de Maputo. A realização desta pesquisa surgiu das observações vividas do dia-a-dia dos operadores do câmbio informal. Numa fase inicial, durante as observações via os operadores de câmbio informal a darem sinais com dedos, acenar a cabeça de cima para baixo, assobios e piscar os olhos para chamar os seus clientes. Nesta altura pretendia perceber a diferença entre cada um dos referidos sinais que davam aos clientes.

Para além desses aspectos, ao longo do trabalho de campo percebi que os operadores de câmbio estabeleciam conversas e emprestavam dinheiro uns aos outros em detrimento dos operadores que iniciaram recentemente as actividades de câmbio. Com base nesses dados fiquei interessada em compreender o que regulava as interacções entre os operadores e como era estabelecida a integração de novos operadores no dia-a-dia daquelas actividades.

As situações acima descritas levaram-me a procurar o que estava escrito sobre o sector informal e sobre o câmbio informal na literatura. Pelo que constatei na literatura, o assunto é analisado à luz de duas perspectivas. A primeira olha para o sector informal numa perspectiva legal e mostra que o sector informal é uma aglomeração de actividades não registadas, clandestinas, realizadas fora do controle do governo considerando a venda e compra de moeda estrangeira como uma desordem monetária (Amaral 2003; Cavalcanti 2006; Chilundo 2003; Checo 2003; Da cunha 2006; Neiberg 2007; Noronha 2003; Theodoro 2002).

A segunda perspectiva olha o sector informal como um meio através do qual os indivíduos desenvolvem a sua estratégia de sobrevivência. Esta perspectiva mostra que o sector informal é um meio de sobrevivência (Francisco e Paulo 2006; Nhatsave 2011; Salvador 2012).

De uma forma geral, se por um lado a primeira perspectiva permite compreender o sistema legal de regulação e controlo destas actividades, por outro lado ao basear-se

numa perspectiva legal, não explica as formas de organização e as redes de relações dos operadores do sector informal no quotidiano para além do que está definido na lei.

Por sua vez a segunda perspectiva permite compreender o sector informal como um espaço de interacções e de regulações através das quais são expressas as relações de solidariedade. Porém, ao olhar para o sector informal como um espaço sem regras e com objectivo exclusivo de sobrevivência, deixa de lado elementos como progressão.

Diante das limitações destas perspectivas, neste estudo questiono quais são as regras que regulam a integração de novos operadores e a interacção entre os operadores no dia-a-dia do sector informal. Para compreender essas regras realizei um estudo etnográfico entre operadores de câmbio informal nos arredores da cidade de Maputo.

Com base na análise do material etnográfico recolhido em partes seleccionadas na cidade de Maputo, compreendi que no dia-a-dia a actividade do sector de câmbio informal é regido regras baseadas na confiança, parentesco, vizinhança, proveniência, respeito e sigilo. Estas regras regulam a integração de novos operadores de câmbio informal e a interacção entre os operadores nesse sector.

Este trabalho está organizado em seis partes nomeadamente introdução, revisão da literatura, enquadramento teórico e conceptual, procedimento metodológico, sistematização e análise de dados e por fim as considerações finais.

Na primeira parte apresento a introdução que contém assunto e o foco da pesquisa. Na segunda parte apresento a revisão da literatura que contém as principais linhas de discussão sobre o câmbio informal. Na terceira parte apresento o enquadramento teórico e conceptual, no qual explico a teoria e os conceitos utilizados no trabalho. Na quarta parte apresento a metodologia, que expõe o método e técnicas de pesquisa usadas no trabalho, que permitiram a recolha de dados no campo. Na quinta parte apresento a análise e discussão dos dados. E por último na sexta parte apresento as considerações preliminares.

2. Revisão de Literatura

Da revisão de literatura sobre sector informal encontrei duas perspectivas, nomeadamente uma primeira centrada em aspectos legais e a segunda centrada em aspectos de sobrevivência.

A primeira fundamenta-se na perspectiva legal e mostra que o sector informal é uma aglomeração de actividades não registadas e fora do controle do governo (Amaral 2003; Cavalcanti 2006; Chilundo 2003; Checo 2003; Da cunha 2006; Neiberg 2007; Noronha 2003; Theodoro 2002). A segunda olha para o sector informal como um meio através do qual os indivíduos desenvolvem suas estratégias de sobrevivência (Francisco e Paulo 2006; Nhatsave 2011; Salvador 2012).

A perspectiva legalista olha para o sector informal como ilegal, pois para esta perspectiva este sector é o conjunto de pequenas actividades que não seguem o regulamentado por uma organização própria (Amaral 2003; Cavalcanti 2006; Chilundo 2003; Checo 2003; Da cunha 2006; Neiberg 2007; Noronha 2003; Theodoro 2002).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) citada por Theodoro (2002), o sector informal compreende um conjunto de actividades cujas características principais são, o tamanho reduzido do investimento, facilidade de entrada de novos concorrentes, a inexistência da regulamentação e prosperidade familiar. Se por um lado a explicação da OIT citado por Theodoro (2002) permite compreender os aspectos que diferenciam o sector de câmbio informal do sector de câmbio formal, por outro lado ao considerar que o sector de câmbio informal é caracterizado por tamanho reduzido de investimento e inexistência de regulamentação, a explicação da OIT perde de vista a possibilidade de existir actividades de câmbio informal com grande investimento e com regras que regulam tanto a entrada de novos concorrentes como a própria actividade.

Com uma explicação parcialmente similar a da OIT citada por Theodoro (2002), Da Cunha (2006) considera o sector informal como composto por um conjunto de actividades caracterizadas pela ausência de regulamentação das suas actividades económicas pelo Estado e ausência de uma lógica de mercado e a falta da garantia contratual entre o cliente e o fornecedor dos serviços. Desta forma para Da Cunha

(2006) o sector informal é definido com base no formal. Ao considerar a ausência de regulamentações das actividades do sector informal pelo Estado e falta de garantia contractual entre cliente e fornecedor de serviços nas actividades do mesmo sector, a explicação de Da Cunha (2006) permite compreender a presença da lógica das regulamentações estabelecidas pelo Estado como um dos aspectos que diferencia as actividades do sector formal das actividades do sector informal. Entretanto, a explicação de Da Cunha (2006) perde de vista as outras formas de regulamentação existentes nas actividades do sector informal, para além das regulamentações económicas ditadas pelo Estado e das garantias contratuais associadas a essas regulamentações.

Com uma explicação diferente da OIT citado por Theodoro (2002) e de Da Cunha (2006), Cavalcante (2006) considera existirem pessoas e empresas do sector do formal, que por opção saem deste sector para o informal. De acordo com Cavalcante (2006) as pessoas e empresas que preferem exercer a sua actividade abdicando parte legal e institucional presentes no sector formal, fazem-no porque esperam obter maiores ganhos do que exercendo a mesma actividade no sector formal.

Assim, segundo Cavalcante (2006) no sector formal pode ser mais rentável em relação ao formal. Se por um lado a explicação de Cavalcante (2006) permite compreender a possibilidade de existir uma passagem dos actores que operam no sector formal para o sector informal, por outro lado ao afirmar que pessoas abdicam parte legal e institucional presentes no sector formal para exercer actividades no sector informal, Cavalcante (2006) transmite uma ideia segundo a qual as actividades do sector informal são desprovidas de legitimidade e não constituem parte de uma instituição, o que perde de vista aspectos que ocorrem no dia-a-dia das actividades do sector informal.

Com uma explicação parcialmente similar a de Da Cunha (2006) e de Cavalcante (2006), Amaral (2005) considera o sector informal como um conjunto de actividades que funcionam à margem do Estado, mas acrescenta que o sector informal é um espaço com formalidades não objectivas em termos de indicadores de organização e formalidades que lhes proporciona um bom ambiente de actuação. Se por um lado a explicação de Amaral (2005) permite compreender que as actividades do sector informal ocorrem em termos de organização e formalidades próprias, por outro lado ao considerar tais actividades como aquelas que funcionam à margem do Estado, leva a

ideia segundo a qual as actividades do sector informal estão desprovidas de legalidade, o que perde de vista a possibilidade de existir formas de regulamentação dessas actividades no quotidiano.

Diferentemente de Da Cunha (2006), Cavalcante (2006) e Amaral (2005), Checo (2003) considera que a actividade do sector informal não é protegida pela lei cambial 15/99 quando não licenciada. O comércio informal em Moçambique paga impostos e tem licença das suas actividades, seja nas ruas ou em outro qualquer sítio considerado impróprio para a realização destas actividades, como nos mostra os extrato a seguir:

O comércio informal trata-se de práticas económicas legais realizadas por agentes económicos com comportamentos económicos que se efectuam à margem, que estão excluídos ou escapam ao sistema de organização, regras, direitos, regulamentos e procedimentos que estruturam o sistema formal de produção e troca (Checo, 2003: 5).

Neste contexto esta posição abre espaço para novas formas de análise das questões ligadas ao dinheiro. Deste modo, para esta perspectiva, a formalidade nas práticas de câmbio informal é possível através dos parâmetros legais, como forma de controlar a inflação da moeda e a economia. Se por um lado a explicação de Checo (2003) permite compreender a condição que estabelece a legalidade das actividades do sector informal, por outro lado ao considerar a licença como condição da legalidade das actividades do sector informal, a explicação de Checo (2003) perde de vista outras formas de regulamentação das actividades do sector informal para além da protecção da lei cambial.

Portanto, a visão legal do sector informal, ao considerar este sector como algo ilegal e fora da lei, torna-se uma forma médica que procura diagnosticar os problemas relacionados com a questão da circulação de dinheiro, da mesma forma que a medicina procura diagnosticar as doenças prescrevendo a forma de curá-las (Neiberg, 2007: 4).

Esta perspectiva é ainda problemática pois apesar de fornecer elementos que permitem perceber o formal do informal, limita-se em generalizar suas explicações de forma unilinear a partir de critérios institucionais, marginalizando outras realidades objectivas e subjectivas do sector informal como a relação entre cliente e vendedor, as estratégias

de aquisição do dinheiro e as redes que envolvem os praticantes deste sector. Assim, não nos mostra como é que o sector informal funciona e organiza as suas actividades.

Nesta visão perde de vista não só as relações interpessoais ou sociais que se estabelecem entre cliente e vendedor, mas também as várias redes de solidariedade entre os operadores de câmbio informal, as ligações entre operadores informais e formais assim como as formas de aquisição dos valores, sendo assim, esta perspectiva não me ajuda no alcance dos objectivos do projecto que é compreender os mecanismos de integração, interação e as regras implícitas que regulam o sector de câmbios informais na periferia da cidade de Maputo.

Diferentemente dos autores da primeira perspectiva, que analisam o sector informal com base na legalidade do mesmo, a segunda perspectiva analisa o sector informal enquanto sub-contexto no qual diferentes indivíduos interagem. Segundo esta perspectiva o sector informal é um meio através do qual os indivíduos desenvolvem suas estratégias de sobrevivência (Francisco e Paulo 2006; Nhatsave 2011; Salvador 2012).

Esta perspectiva é sustentada por autores como Salvador (2012), para quem o sector informal abrange mais actividades no mercado e que combinam dois grupos de natureza diferentes. De acordo com Salvador (2012), o sector informal é formado por famílias que desenvolvem actividades económicas para sobrevivência, e um outro grupo que resulta directamente da forma organizada como se desenvolvem tais actividades. Se por um lado o argumento de Salvador (2012) permite compreender que os indivíduos praticam as actividades do sector informal para sobreviver, assim como os tipos de grupo que operam neste sector, por outro lado ao reduzir as práticas desta actividade à sobrevivência, perde de vista que neste sector também procura-se prosperar, e que existem regras que regulam a integração de novos operadores e a interacção entre os mesmos, para além da sobrevivência.

A respeito da procura de prosperidade acima referida, vimos que o sector informal pode ser mais rentável em relação ao formal como já foi referenciado por Cavalcanti (2006) que afirma haver pessoas ou empresas que preferem largar o sector formal para o informal, porque operando no sector informal obtêm maiores ganhos do que teriam no sector formal.

Na mesma linha de explicação de Salvador (2012), Nhatsave (2011) considera as actividades do sector informal como uma das principais fontes de rendimento dos actores das actividades económicas e das suas famílias.

De acordo com Nhatsave (2011) as actividades do sector informal também criam condições propícias ao surgimento e fortalecimento de laços de solidariedade nos contextos onde decorrem tais actividades. Se por um lado o argumento de Nhatsave (2011) permite compreender o surgimento e fortalecimento de laços de solidariedade como uma das formas de interacção entre os actores envolvidos nas actividades do sector informal, por outro lado ao centrar-se apenas nas relações de solidariedade como um dos aspectos da interacção, perde de vista a existência de regras que regulam as interacções entre os operadores das actividades no dia-a-dia.

Com uma explicação parcialmente similar a de Salvador (2012) e de Nhatsave (2011), Francisco e Paulo (2011) consideram que as actividades da economia informal têm um papel para o desenvolvimento do país, e constitui ainda um meio através do qual os indivíduos desenvolvem suas estratégias de sobrevivência, o que leva a uma redução da pobreza e da exclusão social.

As explicações de Francisco e Paulo (2006) permitem compreender as actividades da economia informal como um meio importante de combate a pobreza de uma forma geral, sem olhar apenas para os actores envolvidos nas mesmas actividades. Entretanto, ao olhar para a sobrevivência como objectivo exclusivo das actividades do sector informal, o argumento de Francisco e Paulo (2006) perde de vista os acontecimentos presentes no dia-a-dia que mostram que existem regras e elementos ligados a “prosperidade” que superam a ideia de sobrevivência, na manutenção do negócio.

De uma forma geral os autores da segunda perspectiva permitem compreender o sector informal como um espaço de interacções e de regulações através das quais são expressas as relações de solidariedade e fins de sobrevivência. Porém, ao olhar para o sector informal como um espaço com objectivo exclusivo de sobrevivência, deixa de lado elementos como progressão.

De um modo geral a literatura analisada permite compreender as actividades do sector informal com referência aos aspectos legais sobre o mesmo sector, e com referência ao sector informal como um meio através do qual os indivíduos satisfazem as suas necessidades para sobreviver. Se por um lado estas perspectivas permitem compreender o sector informal como ilegal e desprovido de organização, por outro lado ao centrarem-se apenas na vertente legal e de sobrevivência, perdem de vista o que acontece no dia-a-dia dos operadores de câmbio informal.

3. Enquadramento teórico e conceptual

Neste trabalho uso a teoria do interacionismo simbólico. Esta teoria centra o seu foco de análise nas relações de comunicação entre o indivíduo e a sociedade. Esta teoria defende que os indivíduos interpretam e simbolizam nas suas relações (Blumer, 1969).

Segundo Blumer (1969) existe três premissas que é o interacionismo simbólico a saber: “(1) os indivíduos agem com relação às coisas na base dos sentidos que elas têm para estes indivíduos; (2) o sentido dado a certas práticas deriva da interacção social que os indivíduos estabelecem com os outros e (3) os sentidos são manipulados e modificados através do processo interpretativo que os indivíduos usam ao tratar as coisas que encontram”.

Partindo destas premissas este estudo adopta esta teoria por permitir compreender as interacções entre os operadores de câmbio informal e a análise das suas interacções desde as formas de integração e interacção estabelecidas entre os operadores de câmbios informais.

Assim neste trabalho uso o interacionismo simbólico para interpretar os dados no presente estudo, pois permite me analisar as regras que regem a integração e interacção dos integrados do sector de câmbio informal.

Conceitos

Neste trabalho usei os conceitos seguintes: regras, integração, interacção e sector informal.

Regra

De acordo com Antieza e Manero (2006) regra é definida como norma que ordena proíbe ou permite condutas em determinados lugares ou momentos. Este conceito é usado para definir as normas que regulam a integração e a interacção no câmbio informal.

Integração

Integração é definida por Coutinho e Hoffmann (2007) como um processo ao longo do qual actores inicialmente independentes se unificam e se tornam parte de um todo.

O conceito da integração de Coutinho e Hoffmann (2007) permite compreender integração como processo no qual os indivíduos se unem e passam a fazer parte de um todo, entretanto esta definição torna-se unida por destacar integração como processo no qual actores inicialmente independentes se unificam e tornam-se um todo, pois desta forma concebe integração como criação de um grupo e não a entrada de um indivíduo a um determinado grupo.

Com uma visão diferente da de Coutinho e Hoffmann (2007) é de Pires (1988) que define integração como processo de inserção de indivíduos a um determinado meio a sociedade e por sua vez é regido por regra ou norma.

Neste trabalho entendo integração como processos que define e legitima a entrada de novos operadores no sistema de câmbio informal.

Interacção

Interacção é Piaget (1936/1975) como a interdependência da assimilação e da acomodação, que se torna impossível conceber um dos termos sem o outro. Assim interacção pode ser entendida como a interdependência da modificação dos esquemas de assimilação sobre a influência de situações do meio ao qual se aplicam.

O conceito da interacção de Piaget é problemático porque o autor não define interacção como tal, traz conceitos similares para definir a interacção e assim não permite-nos perceber o que é a interacção.

Para suprir a limitação de Piaget (1936/1975), Dias (2007) define interacção como o conjunto de actos mantidos por indivíduos dentro de um contexto específico, e que gerem influências recíprocas.

A definição de Dias (2007) diferentemente da de Piaget (1936/1976) permite compreender que a interacção é o modo como os indivíduos se relacionam uns aos outros.

Neste trabalho concebo a interacção como o modo comportamental principal num grupo. E uso-o para mostrar a forma como os operadores de câmbio se relacionam.

Sector informal

O sector informal, segundo Checo (2003) é uma actividade tradicional de auto-sustento fora do controlo do Estado, demarcando unidades de interacção que (re) formulam o sentido das determinações legais manipulando-as e reapropriando-as mesmo numa escala de “pequenas empresas” com ou sem taxas e impostos pagos.

Williams (2001) acrescenta que o sector informal reforça não só laços de parentesco biológico, mas também fundamenta a ideia de confiança, através da qual considera-se o esforço de acção de “boa-fé”, honestidade na troca e oportunismo limitado.

Os autores acima citados ao definir o sector informal como actividade de auto sustento, pressupõem primeiro a mesma motivação que levam os indivíduos a praticar o câmbio informal e a segundo, rejeitam a possibilidade de crescimento de negócio de câmbio informal.

Neste contexto defino sector informal como um conjunto de actividades baseadas em normas que não são prescritas (confiança, sigilo, honestidade, bom comportamento) praticada fora do controle do governo.

4. Procedimento Metodológico

Nesta parte do trabalho apresento as fases seguidas para a realização do estudo, o método, o processo de selecção dos participantes do estudo, as técnicas de recolha de dados e os constrangimentos encontrados no campo de pesquisa.

4.1. Método

A realização desta pesquisa seguiu três fases interligadas nomeadamente, a revisão de literatura, a recolha de dados etnográficos e a análise de dados.

Quanto a revisão de literatura, esta decorreu entre os meses de Maio de 2013 e Fevereiro de 2014. Durante o processo consultei vários livros, artigos, revistas, dissertações e teses sobre a matéria em análise, nas bibliotecas Central e do departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, bem como em bibliotecas virtuais.

A fase etnográfica foi realizada a partir do mês de Julho de 2013 a Julho de 2014 em locais seleccionados da cidade de Maputo tais como Mercado Central e nas Terminais Rodoviárias do Ferroviário, da Junta e da Praça dos Combatentes. Nesta fase deslocava-me aos referidos locais duas vezes por semana em horários que variavam de oito horas da manhã ou 16 horas da tarde. Recolhi dados entre os operadores de câmbio informal que exerciam as suas actividades nos locais referidos.

E por fim, a análise de dados foi realizada no final do trabalho de campo. Neste processo seleccionei dados que permitiram-me organizar duas secções, uma sobre as regras que regulam o processo de integração dos indivíduos no sistema cambial e a outra sobre regras que regulam o processo de interacção entre os mesmos. Com base nos dados das observações e das conversas foi possível chegar ao argumento segundo o qual existem regras que regulam as actividades do câmbio informal na periferia da cidade de Maputo.

4.2. Processo de selecção dos participantes do estudo

No presente estudo participaram dezassete pessoas, das quais nove no Mercado central de Maputo, três pessoas na terminal Rodoviária do ferroviário, três pessoas na praça dos combatentes e duas pessoas na terminal rodoviária da Junta.

Para seleccionar esses operadores tive ajuda de um vizinho da minha zona de residência. Pois, no primeiro dia que fiz o trabalho de campo vi que o referido vizinho vendia água no mercado Central.

Este facto permitiu-me solicitar-lhe ajuda para apresentar-me a um indivíduo operador de câmbio no referido local. Uma vez apresentado a um dos operadores, este por sua vez apresentou-me a seu colega de trabalho. Por sua vez este último apresentou-me a um outro operador que trabalha na terminal do Ferroviário e assim sucessivamente tive acesso a outros operadores de câmbio.

Ao longo do presente trabalho de pesquisa uso nomes fictícios para identificar os participantes de estudo.

4.3. Técnicas de recolha de dados

Para a recolha de dados no campo fiz observação, realizei conversas informais e entrevistas semi-estruturadas. As observações permitiram-me ver e perceber a rotina do dia-a-dia dos praticantes do câmbio informal tais como mexer a cabeça, piscar os olhos, mexer os dedos e assobios para chamar os clientes, e também o espaço onde frequentavam. As observações permitiram-me também perceber como é feita a integração, interacção e as regras que regulam as actividades do câmbio informal.

Quanto as conversas informais, numa manhã de trabalho no mês de Agosto pelas 8:40h, desloquei-me ao campo de estudo para a recolha de dados. Chegado ao local conversei com operadores considerados mais antigos na operação das actividades cambiais. Estas conversas permitiram ter acesso aos dados que não conseguia recolher por via da observação apenas, pois as conversas informais possibilitaram perceber os relatos e histórias contadas assim como a interligação entre os operadores de câmbio informal.

A partir dos dados das observações e conversas comecei a realizar entrevistas semi-estruturadas que eram feitas com base em questões sobre a integração dos participantes nas actividades de câmbio, o dia-a-dia do trabalho, os relacionamentos entre os operadores e destes com os polícias. Estas entrevistas possibilitaram recolher dados específicos sobre o processo de integração de novos operadores e interacção entre eles como por exemplo, o período de início das actividades, ajuda prestada pelos outros operadores, o grau de parentesco e as dificuldades enfrentadas. As entrevistas semi-estruturadas também permitiram reforçar os dados obtidos por via da observação e conversas informais.

Para registar a informação recolhida durante o trabalho etnográfico, gravava as conversas na televisão e anotava em simultâneo. Quando regressava a casa passava as notas para o diário de campo.

4.4. Constrangimentos e superação durante a pesquisa

Durante a realização desta pesquisa tive dois constrangimentos. O primeiro constrangimento esteve relacionado com o acanhamento e reserva que os participantes tinham pela minha chegada no local. Os operadores achavam que eu espionava para depois expor-lhes na televisão, na rádio ou denunciar-lhes para a polícia.

Este constrangimento foi ultrapassado quando me apresentei ao operador chefe. Assim, com o andar do tempo o operador chefe e alguns dos seus colegas perceberam que o motivo não era de espionar-lhes, mas de fazer trabalho de estudo.

O segundo constrangimento esteve relacionado com a dificuldade do contacto com os participantes. Esse facto aconteceu quando aproximei ao Silambo, um dos operadores de câmbio, e convidei-lhe para participar no estudo. Logo que coloquei o assunto respondeu-me que não conseguiria fazer o trabalho comigo porque ele é novo naquelas actividades. Na tentativa de esclarecer-lhe a minha intenção de estudo recusou por duas vezes a falar comigo.

Para superar este constrangimento solicitei ao meu vizinho vendedor do mercado e pedi-lhe para explicar ao Silambo que eu apenas queria fazer um trabalho de estudo. Depois deste facto, quando regressei ao campo no dia seguinte notei que Silambo finalmente compreendeu e passou a conversar comigo.

5. Regras que regulam o processo de integração e interacção dos operadores de câmbio informal

Neste capítulo analiso em três secções os dados recolhidos no presente estudo. Na primeira secção caracterizo os locais de estudo, na segunda secção apresento as regras que regulam a integração de novos operadores no mercado de câmbio informal, e na terceira secção apresento as regras que regulam a interacção entre os operadores informais.

5.1. Caracterização dos locais de estudo

Nesta secção caracterizo os locais de estudo nomeadamente, Mercado central de Maputo, Terminal Rodoviária do Ferroviário, Terminal Rodoviária da Junta e Terminal Rodoviária da Praça dos Combatentes.

O Mercado Central de Maputo está localizado na baixa da cidade de Maputo entre as avenidas 25 de Setembro, Zedequias Manganhela, Felipe Samuel Magaia e a avenida Karl Marx.

O Mercado central possui dois lados, um lado interior e outro lado de fora do mercado. No lado interior existe um conjunto de bancas de venda de alface, tomate, cebola, batatas, peixe e um conjunto de barracas onde vendem cabelos, vernizes, batons, perfumes, missangas e objectos de escultura. Ainda no lado interior existe um grupo de operadores que desenvolve as actividades de câmbio e simultaneamente possuem bancas de venda de produtos tais como garrafas de água, açúcar, maçãs, bananas, objectos artesanais. Do lado de fora do mercado existe um grupo de operadores de câmbios que operam a beira da estrada.

O grupo de operadores de câmbio do lado interior do mercado possui clientes que se deslocam até eles. Por sua vez o grupo de operadores do lado de fora permanece à procura de clientes.

A Terminal Rodoviária do Ferroviário está localizada entre as Avenidas 25 de Setembro, Zedequias Manganhela e Alberto Lithuli. Neste local os operadores de câmbio ficam no passeio ao longo das avenidas e perseguem os clientes.

Por sua vez a Terminal Rodoviária da Junta está localizada na avenida de Moçambique, num espaço separado pela rua Gago Coutinho. Na terminal Rodoviária da Junta os operadores de câmbio ficam numa esquina de entroncamento entre a avenida de Moçambique e a rua Gago Coutinho.

Por fim a Terminal Rodoviária da Praça dos Combatentes está situada ao longo das avenidas Julius Nherere e FPLM. Nesta Terminal os operadores ficam no meio da Praça e perseguem os clientes quando estes atravessam a mesma.

5.2. Regras que regulam o processo de Integração dos operadores nas actividades de câmbio informal.

Nesta secção apresento as regras que regulam o processo de integração de novos operadores de câmbio informal na periferia da cidade de Maputo nomeadamente: confiança, parentesco, vizinhança (possuir locais de residência próximos) e proveniência (ser originário do mesmo local ou província).

As práticas cambiais informais nos arredores da cidade de Maputo foram e continuam acompanhadas por um conjunto de regras que regem as mesmas.

Assim como existem mecanismos formais de integração no sistema institucional para a abertura das sociedades financeiras, existem também nos considerados informais, embora não padronizadas e protegidas pela lei de integração no mercado informal,

porque assim como no sistema formal, no informal existe um processo burocrático, como ilustra o seguinte trecho:

O mercado informal não é de fácil acesso, mesmo o formal. Para você fazer parte do grupo dos que compram e vendem moeda estrangeira aqui na periferia da cidade tem que depositar confiança os antigos operadores do câmbio informal. Não basta pedir ou mostrar interesse, mas tem que mostrar carácter de um homem confiável (conversa, Manuel, 30 anos, 12ª classe, morador do bairro do bairro T.3, 14/10/2013).

Como podemos ver neste exemplo de Manuel, ao falar que não basta ter interesse, é preciso mostrar-se confiável, esse facto demonstra que existem elementos que são necessários para que sejam do conhecimento dos novos que pretendem se integrar nas actividades de câmbio.

Os participantes afirmam dar lugar nas actividades de câmbio apenas aqueles indivíduos que eles confiam. Percebi essa passagem quando Estevão, um dos operadores disse: *é difícil confiar o homem*. O que significa que a realização deste tipo de actividades é feita por uma pessoa que tenha conquistado confiança entre os operadores.

Numa conversa com o participante Mbeo, compreendi que para entrar no mundo de câmbio ambulante é necessário não ser ambicioso, no sentido de ter bom comportamento com vista a ser confiável, e acima de tudo gerar dinheiro.

Assim, o comportamento dita ou determina a entrada e o sucesso de um operador nas transacções que faz no dia-a-dia e no próprio crescimento das actividades de câmbio informal como um operador independente capaz de operar com o seu capital financeiro.

É necessário um bom comportamento acima de tudo, pode não ser um bom matemático e não possuir um capital financeiro inicial, mas se apresentar um bom comportamento, pode ter sucesso nas actividades que lhes são mandadas e até podem ganhar um dinheiro que possa determinar a sua independência. Esse comportamento define-se pela ambição e não ambição (Entrevista, Mbeo, 33 anos, 12ª classe, morador do Bairro de Magoanine, 17/07/2013).

Como podemos ver no exemplo de Mbeo, o bom comportamento quer dizer não ser ambicioso, o que permite ter sucesso nas actividades.

De acordo com Mbeo ser ambiicioso significa roubar dinheiro, e não ser ambicioso significa saber controlar o dinheiro sem roubar ou fugir com o mesmo. Como se pode ver no seguinte exemplo.

É preciso não ser ambicioso, não mostrar interesse de querer mais, porque por exemplo, nós podemos dar 150.000.00 meticais para a pessoa poder fazer pequenos lucros. Mas também é possível essa pessoa pensar que esse dinheiro é muito e fugir (entrevista, Mbeo, 33 anos, 12^a classe, morador do Bairro de Magoanine, 15/10/13).

Como podemos ver no exemplo, o facto de a pessoa fugir com o dinheiro é suficiente para ser considerado ambicioso.

Numa conversa com o participante Simba, questionei como é que conseguiam ver se um novo integrado era ambicioso ou não e, ele respondeu o seguinte:

Nós não nos preocupamos logo que a pessoa chega, observamos e avaliamos cada passo dessa pessoa, sempre que lhe mandamos, damos-lhe uma quantia elevada de dinheiro. Nós não consideramos o dinheiro como dinheiro, mas como papel. Estamos a tentar explicar que a ambição pode levar um indivíduo a um lado errado” (conversa, Simba, 36 anos, 10^a classe, morador do bairro de Maxaquene, 11/11/13).

A partir do exemplo de Simba percebi que os participantes fazem um teste a pessoa nova nas actividades de câmbio, em que dão-lhe uma quantia elevada de dinheiro para ver se a pessoa é ou não capaz de controlar, o que serve para avaliar se a pessoa merece ou não confiança para fazer parte do grupo.

As relações de familiaridade determinam a integração de novos operadores de câmbio nos arredores da cidade. Assim, estabelece-se um vínculo que é baseado nesta relação de parentesco.

Os dados recolhidos no local junto aos praticantes deste negócio revelam que os participantes são membros da família, passam a exercer esta actividade pelo facto de terem uma relação de afinidade, o que permitiu se envolverem neste esquema de troca de dinheiro.

Por exemplo, observei um grupo de seis pessoas das quais, Agostinho, Amélia, Cassiano, Zambulão, Matusse e Jorge. Amélia é irmã de Agostinho, operador chefe. Cassiano é esposo de Amélia e cunhado de Agostinho. Zambulão para além de ter sido integrado porque é vizinho de Agostinho, é porque possui uma carta de condução, então facilita as deslocações quando necessário. Matusse é amigo de Cassiano, tem habilidades em fazer operações e transacções bancárias. E Jorge, conhecedor do mercado, foi integrado porque é primo de Matusse, sabe como funciona o mercado e capaz de criar contactos com pessoas influentes.

Portanto, as formas de integração no mercado cambial informal na periferia da cidade de Maputo são complexas. Por exemplo para alguns participantes é necessário que os novos integrados tenham um vínculo familiar, para outros, embora pouco frequentes, é necessário que tenham habilidades possuindo alguma coisa para ajudar o caso daqueles que têm cartas de condução, carros, conhecimento bancário.

Para além da familiaridade percebi que a vizinhança também é importante para integrar pessoas como novos operadores nas actividades de câmbio. Tal é o caso de Zambulão, vizinho de Agostinho, como podemos no seguinte exemplo.

Se não fosse por Agostinho não era fácil para eu trabalhar aqui, porque não se aceita qualquer pessoa de qualquer maneira. Não é só chegar aqui pensar de que você vai trabalhar (Entrevista, Zambulão, 38 anos, 9ª classe, morador do bairro de Malhampsene, 13/09/2013).

A partir desse exemplo percebi que a razão de Zambulão ser vizinho de Agostinho, significou uma condição importante para ele trabalhar como operador de câmbio. Por isso considero que a vizinhança funciona como uma das regras para a integração de novos indivíduos nestas actividades.

Da mesma forma que a vizinhança funciona como uma regra, percebi também que quando as pessoas provêm da mesma província ou local, permite que essas pessoas passem a ser novos operadores nas actividades de câmbio.

Depois de conversarmos com a pessoa e sabermos um pouco mais de como é a vida dele, nós arranjamos maneiras de nos convencermos ou convencer o chefe para aceitar ele fazer trabalhos connosco. Ta ver aquele ali de chapéu azul (a referir o Filipe, seu colega) quele é de Inhambane quase na zona dos meus pais, lá onde eu venho. Quando eu conversei com ele por causa da vida dele, das fases das dificuldades que ele teve, eu senti a ele como meu irmão. Eu vivi em Inhambane sei como são as coisas lá. Até eu lhe falava para o chefe como uma boa pessoa. É por isso que até hoje ele quando quer emprestar dinheiro lhe dou, e quando eu também preciso vou ter com ele (Conversa, Manuel, 35 anos, 12^a classe, morador do bairro de Laulane, 18/10/2013).

Como podemos ver neste exemplo, Manuel mostra que a proveniência da mesma província foi útil para que o seu colega trabalhe nestas actividades. O facto de o seu colega vir da mesma província com o Manuel permitiu com que seu colega fosse visto como uma boa pessoa, uma vez que Manuel até comentava bem dele para o operador chefe. Por esse motivo constato que ser oriundo da mesma província ou local é uma regra que permite a integração de novos indivíduos nas actividades de câmbio.

As estratégias de integração dos participantes nos sistemas de câmbio informal, por um lado, revelam a capacidade de organização racional dos operadores considerados como aqueles que não apresentam uma estrutura de organização forte e, por outro lado revelam os seus respectivos processos burocráticos, que constituem-se como um elemento chave de selecção, dos novos integrados.

Os dados apresentados nesta secção permitem-me considerar que a integração de novos operadores no sector de câmbio informal é baseada no parentesco, confiança, vizinhança e proveniência (ser oriundo do mesmo local ou província). Assim esta conclusão mostra que a entrada de novos operadores no câmbio informal é também regrada, contrariamente aos estudos feitos por Da Cunha (2002); Theodoro (2006); Salvador (2012) que consideram que o sector informal não tem regras e é de fácil entrada de novos operadores.

5.3. Regras que regulam o processo de interacção entre os operadores de câmbio informal.

Nesta secção demonstro algumas regras básicas que regulam o processo de interacção entre diversos operadores no sector informal nomeadamente: respeito, confiança e

sigilo. Estas constituem regras que regulam o dia-a-dia das actividades cambiais nos arredores da cidade de Maputo.

Durante as actividades dos operadores de câmbio notei que algumas vezes os mesmos interagem por um lado com base em atribuição de nomes engraçados uns aos outros, e por outro lado com base no respeito. Por exemplo, é permitido que entre os participantes se insultem entre si e se atribuem nomes no ambiente de trabalho, mas tudo muda quando voltam para casa. As regras começam a partir da distinção dos espaços de interacção. Estas regras colocam tanto os operadores quanto os seus potenciais clientes em interacção uns com os outros.

A confiança constitui-se como um elemento fundamental na interacção entre os operadores. Devido ao receio de sofrer roubos ou assaltos, os operadores tem guardado o dinheiro em casa de pessoas com quem têm relações de confiança. Não existem critérios exclusivamente definidos sobre onde guardar o dinheiro, mas o importante para eles é ter com quem deixar o mesmo. A legitimidade da pessoa para ficar com o dinheiro durante uma noite é associada ao facto desta não chamar atenção e muito pouco se relacionar com os operadores. Geralmente têm sido pessoas idosas que variam dos 50 a 60 anos de idade, sendo que ficar com dinheiro das 20horas até 05horas da manhã são pagas um valor aproximado a 500 meticais.

Não deixamos dinheiro em casa porque existem pessoas que nos estão a caçar para nos roubar. Voltamos para casa sem dinheiro, temos um sítio que nós guardamos o nosso dinheiro. Arranjamos velhos que vivem na pobreza, deixamos o nosso dinheiro lá, e no dia seguinte quando vamos buscar o dinheiro, damos 500 meticais de agradecimento (Entrevista, Carlos, 29 anos, 2º ano de contabilidade, morador do bairro de Hulene, 15/09/2013).

Este exemplo mostra que cada um dos operadores tem o cuidado para não entregar a qualquer pessoa para guardar o dinheiro. O que significa que por mais que conversem uns com os outros ao longo do período de trabalho, cada um sabe a quem depositar confiança para guardar dinheiro.

Assim, a interacção entre estes é baseada na confiança. Essa confiança pode resultar do tipo de relações que os operadores vêm tendo desde o seu universo familiar até ao local de trabalho. A confiança permite com que operadores que se encontram em lugares

fixos e os que circulam pelas avenidas da cidade possam interagir. Essas interações são caracterizadas por empréstimos de dinheiro, onde alguns fazem empréstimo que devem pagar a curto ou médio prazo, e outros são uma espécie de agência de empréstimo a funcionar na rua. Assim, estes operadores adoptam meios de empréstimo de dinheiro, entre eles.

A confiança constitui-se também, como um elemento fundamental que fortalece as relações de solidariedade entre os operadores de câmbio nos arredores da cidade de Maputo. A confiança é um mecanismo de fortalecimento das relações harmónicas e da solidariedade comercial entre os operadores, constituindo-se desta forma como o principal elemento que regula as actividades de venda e compra de moeda estrangeira.

Tendo em conta que o dinheiro tem muita importância para nós, não o levamos junto para casa. Deixamos num lugar muito bem seguro, que não comprometa a nossa vida e tranquilidade da nossa família. Quando há infelicidade nós nos ajudamos e a confiança tem sido o factor mais importante para isso, contribuimos com dinheiro até mesmo por produtos alimentares para o colega que está em problemas (Entrevista, Jorge, 33 anos, 12ª classe, morador do bairro T.3, 15/03/2013).

Como podemos ver no exemplo apresentado, a confiança constitui uma das condições para que permaneçam os laços de solidariedade para com os colegas que estão a ultrapassar momentos difíceis como é o caso de funerais ou algum problema no qual necessitem de ajuda.

Portanto, os dados permitem compreender que a confiança representa um elemento fundamental na vida profissional dos operadores de câmbio informal, funcionando como um elemento que regula a interacção entre operadores entre si e agentes de instituições formais. Funciona também como um elemento de expansão de relações de solidariedade entre os operadores.

O sigilo é outro aspecto fundamental de se manter para existir um ambiente em que todos se relacionem com segurança. Tudo ficou claro, como considera o participante Mbuba, quando receberam a notícia do assalto a uma residência de um operador em Malhampswene e assassinato no bairro Patrice- São Dâmaso, depois de terem misturado

as conversas de trabalho e de casa na presença de outros indivíduos ao longo das actividades de câmbio.

Assim, os operadores quando estão no ambiente de trabalho falam de trabalho e fora falam de outros assuntos.

Quando estamos na zona nós não falamos de coisas que tem a ver com dinheiro. O assunto é sobre coisas da zona, que mesmo se tratarem de dinheiro, não envolvem assuntos de trabalho. Assim como ao contrário quando estamos no trabalho. Fazemos isso porque ultimamente existem pessoas que se aproveitam de nós, caçam-nos nas nossas casas, nos roubam e mata-nos (conversa, Mbuba, 30 anos, 12ª classe, morador do bairro 3 de Fevereiro, 05/09/2013).

Como podemos ver no exemplo de Mbuba, os participantes de estudo afirmam ter cuidado de falar sobre dinheiro ou assunto de trabalho na zona e vice-versa, o que demonstra que eles vivem na base do sigilo ao interagir ou conversar com outros indivíduos com quem se envolvem nas relações sociais no dia-a-dia nas actividades de câmbio.

O ter zelo de não chamar atenção possuindo carros e transporte de dinheiro para a casa no fim de cada dia de trabalho são elementos que fazem parte do quotidiano das actividades de câmbio como elementos reguladores. Em alguns casos, os carros são estacionados em locais distantes do ambiente de trabalho.

As pessoas confiadas pelos operadores para guardar dinheiro tomam a responsabilidade de não comentar nem com a família sobre o sucedido, pois os operadores temem futuros riscos de assalto e de assassinato.

Através dos aspectos acima apresentados percebi que os operadores tornam-se organizadores activos de suas actividades do dia-a-dia, nas quais impõem as suas próprias regulamentações no exercício de tais actividades.

Os dados apresentados nesta secção permitiram-me perceber que a interacção entre os diversos operadores nas actividades de câmbio informal é baseada no respeito, confiança e sigilo. Estes resultados revelam que a interacção nas actividades de câmbio informal é regida por regras, diferentemente dos estudos de Da Cunha (2006) e

Theodoro (2002) que consideram que este tipo de sistema de câmbio funciona sem regras.

6. Considerações finais

O presente estudo analisou as regras que regulam o processo de integração e interação dos operadores no mercado cambial informal em locais seleccionados na cidade de Maputo. O sector informal na literatura é analisado à luz de duas perspectivas, uma primeira legalista e a segunda que é de sobrevivência.

A perspectiva legalista olha para aspectos legais do sector informal e mostra que o sector informal é uma aglomeração de actividades sem regras, não registadas e fora do controle do governo (Amaral 2003; Cavalcanti 2006; Chilundo 2003; Da Cunha 2006; Checo 2003; Theodoro 2002). A segunda perspectiva sustenta o assunto com referência a sobrevivência e mostra que o sector informal é meio através do qual os indivíduos satisfazem as suas necessidades para sobreviver (Salvador 2012; Nhatsave 2011; Francisco e Paulo 2006).

Os estudos destas perspectivas permitem compreender o sector informal como ilegal e desprovido de organização, contudo ao centrarem-se apenas na vertente legal e de sobrevivência, perde de vista o que acontece no dia-a-dia dos operadores de câmbio informal.

Os dados permitiram compreender que a integração de novos operadores no sector de câmbio informal é baseada no parentesco, confiança, vizinhança e proveniência.

Para além disso a interação entre os diversos operadores nas actividades de câmbio informal é baseada no respeito, confiança e sigilo.

Com base nestes resultados constatei no dia-a-dia a actividade do sector de câmbio informal é regido por regras baseadas na confiança, parentesco, vizinhança, proveniência, respeito e sigilo. Estas regras regulam a integração de novos operadores de câmbio informal e a interação entre os operadores nesse sector.

O presente estudo demonstra que o câmbio informal é regido por regras que regulam a integração de novos operadores e a interação entre os diversos operadores,

diferentemente de outros estudos que olham para o câmbio informal como um espaço sem regras.

Esta é uma pesquisa exploratória, por isso reconheço que existem aspectos que não pude aprofundar durante a realização da pesquisa, de entre os quais, procurar compreender as diferenças existentes entre os operadores de câmbio que possuem bancas fixas e os operadores que permanecem a beira das ruas ou avenidas. E também futuramente pode-se estudar a relação de género e de geração nos negócios de câmbio informal.

Referências

Amaral, I. (2003). “Importância do Sector informal na economia urbana em países da África subsariana”. Lisboa: Finisterra, XL, 79, pp. 53-72.

Alexander, J. (1998). “Acção colectiva, cultura e sociedade civil: Secularização, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”, *Revista Brasileira de ciências sociais*.13 (37): 206-212.

Antienza, M. e Manero, J. (2006). “Sobre princípios e regras”, *Revista Panoptica*.1 (52): 49-69.

Bromley, R. (1969). *The urban informal sector*. Pergamon, Oxford

Cavalcanti, T. (2006). “Custos de legalização, cumprimento de contratos e o sector informal”. *Boletim Economico*.

Checo, A. (2003). “O Papel do Sector Informal no Desenvolvimento: caso de Moçambique”. Maputo: Faculdade de Economia, UEM.

Coutinho, M.e Hoffmanni, A. (2007). “Raio X da integração regional”, *Estudos e Senários*.

Chilundo, C. S.J. (2003). “Determinantes da taxa de câmbio nominal em Moçambique: uma abordagem monetária”. Maputo: UEM. Trabalho de Licenciatura

Da Cunha, M. (2006). “Formalidade e informalidade: questões e perspectivas”, *Etnografia*.10 (2): 219- 331.

Dias, R. (2007). *Sociologia Geral*. São Paulo: alínea.

Francisco, A. e Paulo, M. (2006). “Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique”. Maputo: Cruzeiro do Sul e Centro de Estudos Africanos.

Lei nº 15/99 De 01 de Novembro

Neiburg, F. (2007). “*As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro*”. Rio de Janeiro: Revista Mana, 13(1):

Nhatsave, N.A. (2011). “Mecanismos Informais de Protecção Social em Moçambique: o Caso do Xitique”. Maputo: UEM-FLCS. Dissertação de Licenciatura em Economia

Noronha, E. (2003). “Informal, ilegal, injusto: percepções sobre mercado de trabalho no Brasil”, Revista Brasileira de ciências sociais. 18 (52): 62-84.

Pires, R.P. (1988),” A teoria da estruturação de Anthony Giddens”*in sociologia-problemas e práticas*. Lisboa: CIES: 4:231-236

Piaget, J. (1975^a). A construção do real na criança. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Ricci, L. A. (1997). “Exchange Rate Regime and Location”, IMF Working Paper No. WP- 97-69.

Salvador, Y.L. (2012). “O Imposto Simplificado para pequenos contribuintes- sua inserção no sector informal”. Maputo: UEM-FLCS (dissertação de licenciatura).

Theodoro, M. (2002). “O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal” *Estututo de pesquisa economica aplicada(IPEA)*. ISSN. 1415- 4765.

Williams, M. (2001). In whom we trust: Group membership as an affective context for trust development. *Academy of Management Reviews*, 26(3): 377-397.